

RESENHA

Etnografias sobre corpo, saúde e gênero: entre temas clássicos e contemporâneos

SILVA, Cristina Dias da (Org.). **Saúde, corpo e gênero: perspectivas teóricas e etnográficas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

Alan Camargo Silva¹
Marília Del Ponte de Assis²

Publicada pela Editora UFJF em 2021, a coletânea intitulada “Saúde, corpo e gênero: perspectivas teóricas e etnográficas” abrange estudos que debatem questões contemporâneas sobre ciência, política e gênero. À luz da tensão teórico-empírica e da indissociabilidade complexa de descrição/interpretação do(a) etnógrafo(a) diante da construção sociocultural do corpo de seus(suas) interlocutores(as), o presente livro se apresenta como uma oportunidade ímpar de reflexão e ação humanizada de compreensão desse Outro³ que adocece, sente dores e/ou sofre violências de todas as ordens. Recentemente a organizadora também capitaneou um dossiê sobre o tema em tela (SILVA; CARVALHO, 2020).

Prof.^a Dr.^a Cristina Dias da Silva, organizadora dessa obra de acesso aberto, é antropóloga e Professora Associada de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada fundamentalmente pelo campo antropológico na interface entre saúde e corpo/corporalidade.

Nessa direção, argumenta-se que os capítulos de “Saúde, corpo e gênero: perspectivas teóricas e etnográficas” não somente apresentam uma robustez teórica e crítica diante determinados campos sociais em que o corpo se manifesta ou se faz presente, como também, com uma linguagem acessível e instigante, expressam outras formas possíveis de experiência no mundo. Destarte, a relevância dessa obra pode se estabelecer nas seguintes perspectivas: a) estimula o(a) leitor(a) acadêmico(a) ou profissional (de saúde) a refletir como determinados usos do corpo estão particularizados em suas inserções sociais e que, de algum modo, dialogam com questões macroestruturais das sociedades contemporâneas; b) a partir da sensibilidade etnográfica dos(as) autores(as), indica como a produção acadêmica do campo antropológico (em saúde) se confunde ou está imbricada com as ações políticas de determinados grupos sociais diante da vida; c) resgata diferentes clássicos de inúmeras abordagens do campo antropológico sugerindo “caminhos” teórico-metodológicos para futuros fazeres etnográficos para além dos espaços demarcados no livro.

Após a apresentação da organizadora, a coletânea foi construída por três grandes eixos de debates com base especificamente nos campos etnográficos dos(as) autores(as): 1) O campo da enfermagem como objeto de reflexão antropológica (dois capítulos); 2) Gênero e saúde (três capítulos); 3) Saúde indígena e a pandemia de COVID-19 (dois capítulos).

O primeiro texto, intitulado “‘Uma ciência que cuida das pessoas’: a noção de cuidado no campo da enfermagem”, foi escrito por Bruna Motta dos Santos. A autora objetivou compreender a noção de cuidado entre graduandos(as) e professores(as) de Enfermagem de uma faculdade pública, articulando não somente os aspectos históricos que constituem essa área, como também descrevendo os possíveis desdobramentos laborais. O empreendimento etnográfico sugeriu uma espécie de distinção, tensão ou negociação entre o ofício da enfermagem com base em parâmetros estatísticos/técnico-científicos e perspectivas leigas/ domésticas.

Esse trabalho indica que, no cotidiano dos serviços de saúde, o cuidado na enfermagem não se atrela eminentemente à racionalidade (bio)médica que busca explicar (ou “dominar”) as condições sobre saúde-doença, em especial, com foco hospitalocêntrico. Em termos históricos, a legitimidade dessa área também assume outros saberes e práticas em saúde, mas, pelo fato de ter sido vinculada principalmente às mulheres, tornou-se uma profissão desvalorizada ao longo do tempo. O capítulo ainda avança na problematização da gestão das emoções dos(as) profissionais da enfermagem, sobretudo diante da finitude da vida, no qual

1 Doutor em Saúde Coletiva (UFRJ). Coordenador do Grupo de Trabalho Temático Corpo e Cultura do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (GTTCC/CBCE).

2 Doutora em Educação (UNICAMP). Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Coordenadora adjunta do Grupo de Trabalho Temático Corpo e Cultura do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (GTTCC/CBCE).

3 Neste texto, optou-se por registrar a inicial “O” de Outro com letra maiúscula a fim de acentuar a alteridade.

se discute a relevância de atuar para além do “dado biológico objetivado”.

Assim, entende-se o cuidado também como acolhimento, encontro e proximidade que marcam a dimensão afetivo-emocional de todos(as) que atuam na área à luz da alteridade com/para o Outro. Tal capítulo aponta, portanto, como a atenção ou a assistência humanizada não se dirige ao “corpo doente”, mas, sobretudo, ao “corpo-pessoa”.

No segundo capítulo, “O papel político da Enfermagem: nação e gênero nas homenagens póstumas a Anna Nery”, a organizadora da obra, Cristina Dias da Silva, analisa essa figura/símbolo da área em foco e articula o papel político de sua lembrança ao contexto da enfermagem do Brasil. Após resgatar a história da Enfermagem, a autora inicia o texto descrevendo brevemente a história de Anna Nery e sua representatividade no contexto nacional que extrapola o campo da saúde.

A aproximação analítica do capítulo entre as recentes homenagens à Anna Nery e as correlações entre gênero e nação demonstra como o impacto da imagem da/dessa mulher como heroína contribuiu na construção da saúde pública/ Enfermagem. A recente experiência da autora no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, onde havia uma homenagem póstuma a Anna Nery, sugeriu como o ato de cuidar associa-se à ação política feminina, transferindo, de certo modo, a ideia do feminino do plano doméstico para o âmbito público/ profissional. Resumidamente, por meio de imagens, textos, artigos de revistas e vivências de campo, a autora aponta como uma *performance* narrativa sobre Anna Nery dialoga não somente com o gênero feminino e os discursos sobre nação, como também com a própria área da Enfermagem.

Em seguida, Gabriel Salgado Ribeiro de Sá com o capítulo “A beleza de um cavalo: masculinidades e comportamento por atletas de fisiculturismo”, aponta como o “ser homem” pode se construir por meio do culto ao corpo, notadamente pela via “química”. Especificamente nesse grupo social, foi possível detectar como os sujeitos concebiam a relação humano-animal tentando controlar, por meio do consumo de substâncias, a própria existência (andrógena) de “ser”.

O estudo etnográfico do autor sugere como a construção da noção de pessoa desses fisiculturistas se estabelece com base em dadas dosagens de produtos veterinários de modo calculista. Os efeitos adversos e colaterais das substâncias demovem social e psicologicamente aqueles que fazem usos desses tipos de recursos medicamentosos. Nesse contexto, as

modificações corporais, os riscos e os exercícios de dadas masculinidades desses fisiculturistas emergem como uma rede complexa de construções sociais balizadas pelos fármacos.

No texto “Gênero, corpo e sangue: uma etnografia sobre a medicalização da menstruação”, Janaina de Araújo Morais apresenta reflexões acerca da produção do conhecimento médico-científico na consolidação da medicina enquanto algo essencialmente masculino, e ao tematizar o corpo feminino no que se refere à menstruação, percebe-se as relações de poder que estão entrelaçadas nas narrativas e práticas das pessoas que menstruam.

A compreensão da forma como ocorre a medicalização da menstruação por meio da pílula contraceptiva, e em que medida isso tem afetado os corpos que menstruam, é feita a partir de uma investigação acompanhando grupos e páginas do *Facebook* e blogs sobre temas como sexualidade, saúde feminina, contracepção e menstruação. Percebe-se as controvérsias em torno da menstruação, por exemplo, que pode ser encarada como algo natural, bom, ruim ou até mesmo como algo dispensável, evidenciando como o discurso médico e farmacêutico sobre este e outros temas pode afetar as narrativas e práticas desses corpos, seja negando ou aceitando esses discursos que vão se transformando ao longo do tempo de acordo com determinados valores morais e sociais, históricos e culturais.

Considerando que as pessoas que menstruam não passam por essa experiência da mesma forma, visto as tantas intersecções de gênero, raça, classe e etnia que nos constituem, refletir sobre a medicalização da menstruação torna-se um ato de resistência e, por isso, a autora enfatiza a necessidade de se ouvir as distintas vozes e narrativas que ecoam sobre o tema, por vezes contraditórias, implicando no que ela considera uma humildade epistemológica para que se avance no assunto.

Marina Nucci e Jane Russo são autoras do capítulo “Ciência, natureza e moral entre consultoras de amamentação”, no qual investigam o surgimento e a atuação de consultoras em amamentação, refletindo também sobre as concepções em torno de gênero, maternidade e natureza, e a articulação entre ciência e moral, nos discursos sobre amamentação. A partir de entrevistas com consultoras de amamentação e observações de um curso voltado para a capacitação de tais profissionais, são discutidos alguns eixos como a) a escolha por virar consultora atravessada – na maioria das vezes – pela própria experiência de maternidade; b) a busca cuidadosa por evidências científicas no processo de formação e atuação das

consultoras; c) a formação inicial das consultoras, que geralmente são da área da saúde, mas também podem ser de áreas bem distintas; e d) a questão do ativismo à profissionalização, por exemplo, visando não misturar a própria história das consultoras com os atendimentos para que estes não sejam um momento de “ativismo pró-amamentação”.

Percebe-se que há uma produção de subjetividades ligadas a um ideal de maternidade intensamente corporificado, que deve passar pelo parto natural, pela amamentação e por formas de criação que promovem contato próximo entre mãe e bebê. As autoras enfatizam a necessidade de se atentar às articulações entre ciência e moral na busca pelo discurso científico sobre a amamentação, prática tão marcada por estereótipos de gênero. A desmedicalização da maternidade deve se apoiar na ciência e nas “evidências” do campo biomédico, e embora o trabalho das consultoras tenha, em sua origem, relação com suas próprias experiências como mães, elas devem idealmente se afastar de suas histórias e do ativismo para se profissionalizar.

A terceira parte do livro, intitulada “Saúde indígena e a pandemia de Covid-19”, é composta por dois capítulos. No primeiro deles, “Guerra de mapas, guerra de narrativas: poder e produção de dados sobre a Covid-19 no campo da saúde indígena no Nordeste”, Rita de Cássia Neves faz uma análise acerca do Estado e da produção de significados conferidos às políticas da vida e da morte, problematizando-as a partir dos conceitos de biopoder, biopolítica e necropolítica no contexto da pandemia da Covid-19. Evidencia-se a dimensão política de produção dos dados pelo Estado, pela sociedade civil e pelos povos indígenas do Rio Grande do Norte e suas organizações sociais nas produções de narrativas e estratégias de sobrevivência.

Por anos tais povos tiveram suas identidades étnicas negadas, assim como os problemas e as negligências no campo das políticas públicas de saúde e de atenção foram acirrados pela pandemia. Isso fica notório na construção política dos dados numéricos e na discussão trazida pelos próprios indígenas acerca dessa invisibilidade, com exemplos etnográficos trazidos pela autora. Marcada pelo racismo e pelo desmonte no plano geopolítico, essa população desassistida ainda luta e continua resistindo no plano local das comunidades.

No capítulo “Sofrimento, morte e resistência em tempos de covid, o que nos dizem as mães Sanõma/Yanomami sobre a pandemia”, Sílvia Guimarães aborda a problemática do racismo estrutural visto nos serviços de saúde durante a pandemia da covid,

em específico com os povos indígenas dos Sanõma, subgrupo Yanomami. A autora relata o sofrimento a que mulheres indígenas de Boa Vista-RR passaram com a perda de seus filhos, cujos corpos não foram entregues a elas e nada era dito sobre o paradeiro das crianças. Além disso, decisões não eram compartilhadas e cerimônias funerárias não puderam ser realizadas, marcando a existência dessas mulheres como não dignas de diálogo, respeito e cuidado por parte do Estado. Tal violência é discutida no texto, assim como a importância de redes de apoio em tempos de práticas genocidas.

A pandemia da covid, no Brasil, escancarou a máquina de guerra em que se transfiguraram os serviços de saúde para os povos indígenas, violando-se muitos princípios humanos fundamentais. Além de silenciados, esses indígenas sofreram uma perseguição cultural de um projeto civilizador e colonizador nos serviços de saúde, que se traveste de humanitário quando afirma dos riscos de contágio e da preocupação dos corpos poderem disseminar a covid em território indígena, ao mesmo tempo em que não são tomadas decisões de cuidado com a vida dos Yanomami.

Em síntese, apreende-se como essa obra faz emergir diversas questões profícuas vinculadas ao campo da Saúde com base em distintas perspectivas antropológicas. Embora o livro resgate uma produção do conhecimento já amplamente debatida da literatura, a coletânea se destaca por abranger textos que não se prendem somente aos aspectos teóricos, como também faz pensar, de modo interdisciplinar, no ofício profissional em Saúde.

Portanto, essa coletânea se coaduna com a perspectiva de Martin e Pereira (2023) quando defendem a necessidade de repensar os desafios teórico-metodológicos e as fronteiras epistemológicas que atravessam o campo da saúde brasileira atualmente. Especialmente, esse livro sensibiliza os(as) leitores(as) acerca de um cenário necropolítico (pós-) pandêmico que afeta os mesmos grupos sociais atravessados por determinados marcadores de raça, gênero e camada social (FERREIRA, 2021). Por isso, a leitura dessa coletânea se torna indispensável para todas as pessoas/pesquisadores(as)/profissionais de diferentes graus de formação que lidam (ou pretendem lidar) com o Outro dentro e fora dos serviços de saúde.

Referências

FERREIRA, Jaqueline. Necropolítica, poder e significados da pandemia do coronavírus: uma aborda-

gem antropológica. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, e66274, 2021.

MARTIN, Denise; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Repensar a Saúde Coletiva e o papel das Ciências Sociais e Humanas em Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 27, p. e220395, 2023.

SILVA, Cristina Dias da; CARVALHO, Marcos Castro. Saúde, corpos e saberes. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 8-10, 2020.